



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

### PARECER JURÍDICO LFSO – 017/2021

**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais e maternidades privadas no município de Primavera do Leste, realizarem treinamento pelo profissional responsável pela alta hospitalar para socorro em caso de engasgamento e prevenção de morte súbita, destinado aos pais ou responsáveis por recém-nascidos, e dá outras providências.

Trata-se de apreciação do Projeto de Lei nº 1.212, Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais e maternidades privadas no município de Primavera do Leste, realizarem treinamento pelo profissional responsável pela alta hospitalar para socorro em caso de engasgamento e prevenção de morte súbita, destinado aos pais ou responsáveis por recém-nascidos, deste modo, nos termos do artigo 226 do RICM, passo a analisar, com as considerações abaixo delineadas.

O presente Projeto, de iniciativa da Senhora Vereadora **KARLA JACKELINE DA SILVA SOUZA**, que visa aprovação de Lei Municipal para determinar que os hospitais privados passem a treinar os pais e/ou responsáveis pelo recém-nascido, no caso de engasgamento, prevenindo assim a morte súbita.

Verifica-se que às fls. 003, a Autora destaca suas razões para a referida propositura, cujo projeto "...*objetiva instituir capacitação para pais, mães ou responsáveis, por recém-nascidos, em hospitais e maternidades, dentro da circuns-*



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

*crição do Município de Primavera do Leste para os primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita de bebês...” uma vez que técnicas simples de cuidados básicos de prevenção podem evitar a morte do bebê.*

A iniciativa do PL encontra amparo tanto na Lei Orgânica Municipal, quanto no Regimento Interno desta Câmara Municipal, o que lhe confere legalidade para sua regular tramitação.

Portanto, recomendo, assim, que seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Comissão de **Justiça e Redação** e à **Comissão** de Educação, Cultura, **Saúde** e Assistência Social, para análise acerca de sua pertinência, devendo o mesmo tramitar regularmente.

Ante ao exposto, não encontrando nenhuma óbice legal que o impeça, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

Este parecer é meramente opinativo/esclarecedor e as opiniões técnico/jurídicas não o vinculam e não obrigam ao cumprimento/acatamento pelos solicitantes.

É o meu parecer.

Primavera do Leste/MT, 23 de Agosto de 2021.

**LAÍSA DE FREITAS DA SILVA OLIVEIRA**

Assessora Jurídica

OAB/MT 18.588

Portaria nº 021/2021